

GESTÃO DEMOCRÁTICA OU MONOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO¹

Bruno Miranda Freitas (1); Elisangela André da Silva Costa (2); Veridiana Torres da Silva (3).

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, e-mail brunim1991@hotmail.com (1);
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e-mail
elisangelaandre@unilab.edu.br (2); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, e-mail
torresveridiana@yahoo.com.br (3).*

Resumo

Com aprovação da Constituição de 1988 muitas compreensões teóricas foram mudadas a partir do estabelecimento da gestão democrática do ensino público como um princípio constitucional, no intuito de tornar a gestão mais participativa envolvendo todo o âmbito escolar. A partir desse cenário foi criado o Conselho Escolar para que junto com a Gestão pudesse trabalhar colaborativamente na tomada de decisões acerca do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola em suas diferentes dimensões. Buscando compreender a vivência da gestão escolar, identificando seus limites e possibilidades, esta investigação definiu como lócus uma escola estadual de Ensino Médio localizada no município Acarape-CE. Metodologicamente a pesquisa se assenta na abordagem qualitativa, de natureza exploratória, tendo utilizado como estratégias de aproximação com a realidade a entrevista e a observação. Os resultados apontam para a necessidade de formação dos sujeitos para uma melhor compreensão acerca do papel do conselho escolar na gestão.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Conselho Escolar. Gestão Democrática.

Introdução

A Constituição brasileira de 1988 instaurou a Gestão Democrática do Ensino Público como um princípio que tinha como objetivo assegurar uma educação pública que dialogasse com a comunidade, aproximando os compromissos político pedagógicos da escola das reais necessidades do contexto em que se insere. A partir desse marco legal surge uma nova organização escolar, embasada nas teorias da administração, privilegiando o enfoque nos princípios de gestão democrática. O termo Gestão Escolar é relativamente recente, embora as mesmas funções que hoje lhe são atribuídas já existissem. Convém destacar que não houve apenas uma mudança nominal, mas muitas concepções teóricas foram mudadas, a fim de que a gestão pudesse ser mais democrática e participativa (PENIM e VIEIRA, 2010).

Um dos órgãos democráticos que existe dentro da escola é o Conselho Escolar. Este é formado por professores, alunos, funcionários e pais de alunos e é responsável por estudar, planejar, debater, acompanhar, controlar e deliberar ações que acontecem dentro do espaço escolar, tanto em relação ao rendimento dos estudantes, como a parte administrativa e financeira da escola.

¹ Pesquisa desenvolvida no contexto da disciplina Estágio Curricular Supervisionado

Juntamente com a Gestão, o Conselho Escolar cria a identidade da escola, fazendo com que esta se torne democrática, construindo seu papel e história na sociedade.

Com enfoque na Gestão Escolar, o Estágio Supervisionado III propôs o estudo do papel do Diretor e atuação do Conselho Escolar. Com intuito de atender tal proposta, o presente trabalho desenvolveu um breve estudo em uma escola de Ensino Médio localizada na cidade de Acarape-CE, o qual contou com observações, entrevistas e registros fotográficos.

Desenvolvimento

Durante as visitas realizadas à escola e mais especificamente nas entrevistas concedidas pelo Diretor Escolar e pelo Presidente do Conselho Escolar, foi perceptível a inconsistência de uma gestão prioritariamente democrática dentro do âmbito escolar. O diretor afirmou que considera sua gestão não democrática, pois apesar do Conselho Escolar reunir-se periodicamente para discutirem sobre algo relacionado à escola, quem dá o parecer final é ele.

Na entrevista do Presidente do Conselho Escolar identificamos uma postura semelhante, quando da defesa por parte dele de uma ação atrelada ao Diretor no momento da tomada de decisões. Sendo assim, foi possível constatar que o poder das deliberações fica centralizado na mão de um único profissional: o Diretor.

As observações não possibilitaram um levantamento preciso de demandas da gestão, haja vista que a procura pelo diretor pouco ocorreu e em nenhum momento foi observada, por exemplo, a presença de pais ou responsáveis na escola, denotando assim certo distanciamento do espaço da gestão em relação ao espaço do cotidiano escolar. Tal distanciamento é também indicativo de uma democratização ainda incipiente na escola, que de longe parece ser o “lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida” descrito no Caderno 01 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC/SEB, 2004, p.20).

Contudo, uma demanda apontada pelo diretor, e também recorrente na literatura sobre Gestão Escolar, foi a questão da evasão escolar. Para Bica (2013), “é sabido que a problemática da evasão e da repetência escolar no nosso país tem sido um dos grandes desafios afrontados pelas redes do ensino público, pois os motivos e consequências estão unidos a fatores como sociais, políticos e econômicos” (p. 04). Identificamos que esta evasão se dá por conta da gravidez na adolescência ou pela oportunidade de emprego em pequenas fábricas de costura (foco econômico da

cidade). Sobre isto, o diretor ressalta que está tentando traçar ações que viabilizem a permanência na escola. Ações estas que não foram bem explicitadas.

Um ponto forte constatado na gestão foi referente ao trato de questões administrativas. Na escola lócus da experiência foi implantado o Coordenador Financeiro afim de que coordenasse as demandas de orçamento e relatórios financeiros. Vieira (2007) nos afirma que existe o dilema dos que pensam a gestão e dos que fazem a gestão.

Observamos que a gestão da escola está prioritariamente voltada para ações de natureza burocrática, e que o papel da gestão é somente administrar, em detrimento da prática mais participativa da gestão em que ocorre a abordagem de aspectos significativos para a comunidade escolar, como o local onde a escola está inserida, a cultura e religião de todos que fazem parte da gestão e até mesmo a realidade de professores e alunos.

Verificamos, através das observações e diálogos com os sujeitos, que a prática da gestão democrática se torna distante do que é proposto pela legislação educacional em decorrência de inúmeros fatores, que envolvem desde a cultura monocrática e autoritária das instituições sociais no Brasil, até a carência de formação que permita compreender de maneira mais situada como materializar este modelo de gestão.

Conclusão

Ao longo deste estudo, buscamos compreender a vivência da gestão escolar, identificando seus limites e possibilidades, tomando como lócus uma escola pública de ensino médio localizada Acarape – Ceará.

Os estudos de natureza teórico que antecederam nossa ida à escola indicaram a possibilidade de haver uma organização democrática e participativa no contexto da escola, tomando como referência o princípio constitucional da gestão democrática no ensino público. A partir desse dispositivo legal, a comunidade escolar poderá participar juntamente com todos os segmentos para que se tornem responsáveis pela definição de objetivos e ações em prol de uma educação de qualidade. Nesse processo, o trabalho conjunto entre os diversos segmentos que compõem a escola, assim como a instituição de formas de participação se constituem como elementos fundamentais para a aprendizagem da democracia no espaço da gestão escolar, expressando formas variadas de ler a realidade e de nela intervir.

No movimento de aproximação com a realidade, vimos que a gestão da escola não pareceu ser tão democrática, pois é o diretor que conduz todas as deliberações do âmbito escolar. Este administra de um modo burocrático, sem uma participação direta da comunidade escolar na tomada de decisões. Este é um modo arcaico de administrar, referente ao tempo da escola nova, onde diretores eram administradores.

É preciso pensar em uma gestão democrática e participativa, pois esta implica no fortalecimento da gestão como um todo, fazendo com que todos os segmentos da escola atinjam o sucesso escolar.

Para que a gestão escolar democrática se materialize, visualizamos a necessidade de formação para os diferentes sujeitos que participam deste processo de construção. É necessário compreender o significado do princípio da gestão democrática para que ele deixe de ser apenas um referencial legal e passe a se constituir como uma vivência no cotidiano das escolas, de modo a superar, gradativamente, a visão monocrática da gestão.

Referências

BICA, Carla Maria de Araújo. **Evasão escolar**: os comprometimentos da má qualidade da escola. APEOC, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

MEC/SEB. **Coleção de Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília-DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859>

Acesso em: 27 de novembro de 2015.

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In. VIEIRA, Sofia Lerche (org.) **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A Editora (Biblioteca ANPAE), 2002, p. 13 – 45.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Rbpa**, Natal-rn, v. 23, p.53-69, nov. 2006.